

Haiti, um Estado a ser reconstruído*

Christophe Wargny**

O Estado haitiano não mais existe. O que dele restou, cada vez mais limitando-se à força repressora, veio se desagregando há algumas semanas. Na fase de incertezas que se abre, quatro grandes forças tentarão se impor:

- Lavalas¹, o partido do presidente deposto Jean Bertrand Aristide, enfraqueceu-se, mas de modo nenhum é uma carta fora do baralho, já que continua com apoio de quadros do serviço público e das províncias.
- A oposição democrática formada contra Jean Bertrand Aristide constitui-se de várias dezenas de partidos políticos sem quadros, muitas vezes sem programa. Ela é confrontada pelo risco de implosão diante da perspectiva do poder. Reunindo diferentes partidos, alguns de tipo social-democrata, outros clientelistas, para não dizer *macoutes*, esta oposição goza da impossibilidade de vir a se unir de modo duradouro sobre um programa comum, já que o único elemento que lhe permitiu a união foi a vontade de destituir o déspota Aristide.
- A terceira força, muito mais interessante, emergiu há 18 meses do lado do que se chama 'a sociedade civil', que para existir exige o contexto de um Estado de direito, algo inédito no Haiti,

* Publicado em *Le Monde diplomatique* edição de 04/03/2004, a cuja editoria agradecemos pela autorização a que o republicássemos neste dossiê. A tradução é de Ailton Benedito de Sousa.

** O autor é historiador, especializado em ciências da informação e da comunicação, e em história do Haiti. É co-autor, com o ex-presidente Aristide do livro *Tout homme est un homme* (1992). Ver www.bibliomonde.net/pages.

¹ Jean Bertrand Aristide batizou seu partido com a sugestiva expressão em patuá haitiano: *Fanmi Lavalas*, Família Lavalas (dilúvio). N. do T.

onde a política sempre foi monopolizada por profissionais corruptos. Esse todo moveção é em si muito heterogêneo, já que aí tanto se encontram as igrejas e a nova classe patronal vinculada ao neoliberalismo, quanto o movimento estudantil, sindicatos rurais, associações comunitárias e um movimento feminista em pleno desenvolvimento. A propósito, estes últimos estiveram presentes nos fóruns sociais mundiais, tanto em Porto Alegre quanto em Bombaim. Não obstante estarem em crescimento nesses últimos meses, seu papel na 'sociedade civil' continua minoritário.

- Por fim, os 'bárbaros do norte', o 'exército canibal', responsável pelas ações sujas do governo de Aristide, voltou-se contra este e aglutinou toda a escória dos regimes anteriores, dos esbirros paramilitares do período da ditadura de Raoul Cedras (1991-94) aos *macoutes* do fim do duvalialismo. O ex-oficial Guy Philippe, que comanda o grupo, está ele mesmo implicado com o tráfico de drogas, e vários de seus comandados foram condenados à pena máxima por massacres cometidos nas áreas faveladas.

A ponta de lança dessa milícia tornada 'frente de libertação' é constituída de veteranos da FRAPH², em sua maioria agentes da CIA, duzentos a trezentos homens tranqüilamente refugiados depois de 1994 na República Dominicana ou nos Estados Unidos. O estado de desesperança da população haitiana explicaria o fato de que, não obstante tudo isso, eles tenham sido recebidos como salvadores.

Do ponto de vista diplomático, duas surpresas são notáveis: de uma parte, os Estados Unidos penaram para definir uma circunstancial política haitiana. O poderoso *lobby* levado a efeito por Aristide em Washington – quer através do Black Caucus³, quer diretamente diante da conselheira de segurança nacional Condoleezza Rice – desde há muito o vem preservando, a Aristide, do pior. Por outra parte,

² Front pour L'Avancement et le Progres Haitien, grupo para-militar fundado em 1991. N. do T.

³ De *caucus*, termo que em inglês aplica-se a qualquer grupo de pressão política. N. do T.

os Estados Unidos eram reconhecidos ao presidente haitiano por lhes ter sustado um afluxo de barcos de refugiados. A chegada maciça de haitianos às costas norte-americanas é de fato o motivo principal do despertar de Washington frente a Port-au-Prince. Quem quer que sejam esses salvadores, os Estados Unidos se vêem assegurados quanto a apoio junto a todas as facções, tanto no seio da oposição democrática, quanto no dos 'bárbaros do norte'. Qualquer evolução da situação pode lhes permitir agir bem rápido, uma vez que têm como mobilizar seus aliados em todos os campos.

De outra parte, a segunda surpresa é o papel excepcionalmente ativo da França, que desde 1994 não possuía política externa haitiana e se tinha alinhado – do mesmo modo que a União Europeia, às resoluções da OEA. Além da solidariedade francófona, e do mais vivo interesse manifestado pelo *Quai d'Orsay* após 2002, o bicentenário da revolução haitiana foi ocasião para realçar junto à opinião pública, o papel histórico da França (principalmente através do relatório da Comissão Régis Debray), durante os 200 anos de relações franco-haitianas. Pode-se a esse propósito interrogar sobre o lugar excepcional dado ao Haiti pela mídia francesa – um lugar que esse país jamais tivera desde 1991, quando da emergência de Aristide, sua eleição à presidência e o golpe de Estado.

Cumprе acrescentar a isso o fato de que as forças armadas norte-americanas estão envolvidas com outros teatros de guerra, e de que a campanha presidencial se anuncia mais difícil do que previsto pelo presidente George W. Bush. O problema haitiano, de fato, pesa no voto deste Estado determinante que é a Flórida, onde reside uma forte minoria haitiana e onde a população (os naturais da Flórida e os cubanos) dão prova de uma intensa hostilidade à perspectiva de um novo fluxo de imigrantes.

Nada obstante, são os Estados Unidos que vão formar o novo poder. Bonifácio Alexandre, o governante interino, é um homem de palha. Eleições serão difíceis de organizar num período menor que três meses, e não será de surpreender que os 'governos provisórios' se prolonguem. A oposição democrática, após ter jurado em contrá-

rio, parece pronta a fazer aliança, de maneira oficial ou oculta, com Guy Philippe, homem forte do norte. Esse tipo de aliança parece aberrativo e constituiria um novo e dramático retorno aos velhos hábitos da 'governabilidade' haitiana. Um governo que case esses contrários levaria o Haiti às piores sendas de sua história.

Alguns setores da sociedade civil, entretanto, principalmente as centenas de jornalistas trabalhando nas rádios, muito mobilizados e abertos às práticas democráticas fora do Haiti, constituem a melhor garantia quanto às derivações previsíveis. Num país analfabeto como o Haiti, essa mídia acessível a todos – o rádio – tem peso decisivo. Não era à toa que o rádio era o meio preferido de Aristide nesses últimos dois anos.

A intervenção militar dos Estados Unidos, do Canadá e da França não parece haver fixado claramente seus objetivos. Certamente, trata-se de "dar segurança" ao país, entregue a bandos, alguns mais, outros menos controláveis. Trata-se também de evitar uma catástrofe alimentar – o Haiti está completamente dependente da ajuda externa. Mas situando-nos no meio termo, que pressões comuns é preciso exercer sobre a constituição de um novo poder? Os Estados Unidos, de uma parte, e os demais membros da comunidade internacional talvez não tenham, quanto a práticas democráticas desejáveis, as mesmas concepções.

Para o secretário de Estado Collin Powell cumpre de fazer emergir "uma nova cultura política no Haiti". Trata-se de uma mudança de norte, uma vez que os Estados Unidos não cessaram de se esforçar, após a queda de Duvalier, no sentido de prolongar as velhas práticas. Não nos esqueçamos de que eles participaram do golpe de Estado contra Aristide (1991), levado ao poder em 1994, apoiado contra todos (2002-2003) e por fim raptado e destituído *manu militari* (2004). Foi o que os quinze países membros da Comunidade Econômica do Caribe (Caricom) denunciaram em 3 de março deste ano, ao se declararem "extremamente decepcionados" com o envolvimento dos "parceiros ocidentais" no lugar e na vez dos soldados da Organização das Nações Unidas.

As grandes potências deverão rapidamente decidir se elas se contentam com uma operação de 'polícia' e de ajuda humanitária ou se elas concordam em retomar o trabalho levado a efeito pela ONU entre 1995 e 1997 de criar as fundações de um Estado de direito: polícia, justiça e administração. Se deseja ter o aplauso das forças locais, a comunidade internacional deverá apoiar os movimentos comunitários, únicos capazes de dar respaldo a uma democracia participativa e, sobretudo, controlar os fundos que poderão ser injetados no país.